ASMAA
ALGARVE SURF AND MARINE ACTIVITIES ASSOCIATION
ASSOCIAÇÃO DE SURF E ACTIVIDADES MARÍTIMAS DO ALGARVE

Por determinação de Sua Excelência o Presidente da A.R. a DSATS
22 Junh. 16

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Gabinete do Presidente
N.º de Entrada 553266
Classificação
25/01/ / / /
Data
22/06/2016

21 Junho 2016

PETIÇÃO Nº 136/XIII/1ª

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia da Republica
Exmo. Sr. Primeiro Ministro
Exmo. Sr. Diretor Geral da Direcção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Maritimos (DGRM)

ASSUNTO: OPOSIÇÃO AO TÍTULO DE UTILIZAÇÃO PRIVATIVA DO ESPAÇO MARÍTIMO NACIONAL – TUPEM. Pedido de licença efetuado pela ENI/GALP - DGRM EDITAL 005/2016

A nossa associação vem em representação de 27, 017 pessoas que de uma forma unanima estão contra exploração de hidrocarbonetos nos offshores e onshores do Algarve e da Costa Alentejana. Incluído no numero de pessoas descritas, estão 4, 671 indivíduos que assinaram a petição online de objeção ao pedido de licença efetuado pela ENI/GALP - DGRM EDITAL 005/2016.

Anexado a esta carta estão os seguintes documentos:

1. Carta oficial da petição online com o titulo *"Objecção à atribuição de uma licença de TUPEM ao consórcio Galp/ENI para a actividade de perfuração de pesquisa na área 233 designada por Santola na Bacia do Alentejo (Aljezur)"* que se encontra alojada neste link: http://peticaopublica.com/pview.aspx?pi=PT81291
2. Lista das 4230 assinaturas eletrónicas da petição online verificadas ✓
3. "Fossil fuels, sea water and tourism, do not mix" – documento de estatiscas dos signatários.
4. Environmental Awareness of Surf Tourists: A case study in the Algarve.
5. Carta de apoio à petição.
6. Assinaturas eletrónicas de 22, 346 pessoas.
7. Comentários de oposição à exploração de hidrocarbonetos no Algarve feitos por 4067 pessoas

ASMAA - Algarve Surf and Marine Activities Association --NIPC 510381952

Rua Dr. Alberto Iria, Lote 12, R/C Dto, Lagos, 8600-580, Algarve, Portugal - Telefone: +351 282 767 912 , Telemovel: +351 960 320 231
e-mail: info@asmaa-algarve.org - www.asmaa-algarve.org

ASMAA

Em virtude da massiva demonstração de oposição à exploração de hidrocarbonetos no Algarve e Costa Alentejana, a ASMAA e da opinião de que deve de haver pelo menos uma extensão do tempo do prazo da Consulta Pública prevista no edital 005/201 Tupem, na sequência dos vários problemas identificados durante o periodo aberto, nomeadamente:

1. O edital em questão parece ter sido apenas divulgado no site da DGRM e numa edição do jornal Correio da Manhã. Não foi publicado em locais de referência para este tipo de situações, como o portal oficial do governo- http://www.participa.pt/ ou no da Agência Portuguesa do ambiente- http://www.apambiente.pt/

2. A difusão da informação sobre esta consulta publica divulgada pela nossa associação, resultou no facto de haver um grande interesse por parte da população em obter mais informação, mas o tempo limitado pelo DGRM de 15 dias úteis foi insufiente para gerir uma campanha mais efectiva.

3. Durante o periodo aberto da consulta publica, tomamos conhecimento através de varias pessoas, de ter havido uma dificuldade de enviar as cartas de objecção através de email devido a alguns problemas technicos com os servidores de email do DGRM.

4. E finalmente, o facto de haver muita gente sem ter acesso a Internet, ou com outras dificuldades logísticas, esta consulta publica negou-lhes a oportunidade de participar activamente, resultando numa situação de exclusão democrática.

Em conclusão, pode ser argumentado de que este processo de consulta publica falhou em varias áreas. E pode ser argumentado que houve uma grande falta de transparência durante o periodo da consulta publica em causa; de que houve uma grande falta de informação concreta por parte do governo sobre as implicações do que este pedido por parte do consorcio ENI/Galp resulta para a população, a comunidade local, o ambiente ou a economia.

Em virtude do descrito nesta carta, e nos documentos anexados somos da opinião de que todo o processo de exploração de hidrocarbonetos no Algarve e na Costa Alentejana deve de ser suspendidos com efeito imediato.

Esta suspensão justifica-se dada a total falta de transparência que envolveu a celebração destes contratos. Sem auscultação das populações e de todos os interessados, com negação de consulta de documentos, sem estudos sobre os seus impactos, tendo em conta tambem que estes contratos constituem um título único que prevê operações que vão desde a pesquisa até à exploração de hidrocarbonetos, prevendo inclusivamente a possibilidade de fraturamento hidráulico.

Sinceramente.

Laurinda Seabra
Presidente da Direcção
ASMAA Algarve Surf and Marine Activities Association

ASMAA

CARTA DA PETIÇÃO

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia da Republica
Exmo. Sr. Primeiro Ministro
Exmo. Sr. Diretor Geral - DGRM Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Maritimos

ASSUNTO: Oposição à atribuição de uma licença de TUPEM ao consórcio Galp/ENI para a actividade de perfuração de pesquisa na área 233 designada por Santola na Bacia do Alentejo (Aljezur). DGRM Edital 005/2016

Exmos Srs.

Agradecemos esta oportunidade para submeter uma objecção à candidatura feita pela ENI Portugal através do consórcio ENI-Galp ao DGRM Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos para a atribuição duma licença TUPEM para a actividade de perfuração de pesquisa na área 233 designada por Santola na bacia offshore do Alentejo.

A nossa associação, ASMAA (Algarve Surf and Marine Activities Association) com o NIPC 510381952, com sede na Rua Dr. Alberto Iria, Lote 12, r/c dto, Lagos, juntamente com os abaixo assinados, vimos por este meio demonstrar a nossa forte oposição contra a atribuição duma licença TUPEM para a actividade de perfuração de pesquisa para o ENI pelas razões seguintes:

- A Costa Vicentina e o seu meio ambiente marítimo têm um valor ambiental, social e económico inigualável para o Algarve e todos os seus residentes e visitantes.

- A zona específica da costa onde está proposta a actividade de perfuração fica numa área que fornece habitats importantes para a vida marinha, baleias migratórias e outros cetáceos.

- Esta área da costa é também uma das principais atracções turísticas do Algarve, com inúmeras praias que sustentam actividades maritimas como o mergulho, o surf e outras actividades náuticas que atraem tanto turistas como residentes.

- A população algarvia, que consiste em mais de 400,000 pessoas, não foi devidamente considerada, pois existe uma clara falta de consulta pelas autoridades governamentais competentes.

- A falta de um estudo de impacto ambiental antes de qualquer operação de perfuração offshore é profundamente preocupante para a nossa associação e para todos os signatários.

Estamos seriamente preocupados com os impactos adversos que a perfuração offshore pode ter sobre o ambiente; que não só vai levar à degradação do meio ambiente, mas também a impactos sociais e económicos negativos, porque a beleza natural do nosso litoral está integralmente ligada ao turismo, e é um dos principais factores para os residentes se deslocarem para o Algarve ou para viverem nesta área.

A proximidade da área potencial de operação no litoral tambem e de uma grande preocupação para todos nós, assim como o facto de que a amenidade visual da costa pode ser comprometida devido à presença de embarcações semi-permanentes e infra-estruturas associadas. Além disso, e claro que de acordo com os contractos existentes, a comunidade local não receberá nenhum benefício directo a partir da exploração, no caso desta prosseguir.

As nossos principais áreas de preocupação incluem, mas não estão limitados a:

1. A falta de informação sobre a resposta a situações de emergência, como uma ruptura submarina;
2. A poluição do ar, água e das praias;
3. Os impactos sobre espécies raras ou protegidas;
4. Efeitos acústicos dos testes sísmicos;
5. A interrupção da migração das baleias devido a testes sísmicos e a presença de embarcações semi-permanentes e infra-estrutura associada;
6. Impactos visuais das infra-estruturas e actividades de superfície;
7. Exclusão de embarcações de pesca locai e de lazer das zonas de exploração;
8. Os danos físicos no fundo do mar e em habitats importantes;
9. Lançamento de hidrocarbonetos tanto do leito do mar ou como da estrutura de tubagem para o meio ambiente marinho como para a costa;
10. Mudanças na ecologia e agrupamentos piscícolas no mar alto, devido à presença de navios semi-permanentes e infra-estrutura associada;
11. Facilitação da invasão nociva ou de espécies invasivas devido à presença de navios semi-permanentes e infra-estrutura associada;
12. Impacto sobre as alterações climáticas.

A ASMAA e os abaixo assinados solicitam que considere e reflicta sobre os impactos ambientais, sociais e económicos tanto da exploração como da mineração associados ao projecto por parte da ENI/Galp.

Além disso, fazemos notar que não so deve este pedido ser rejeitado mas tambem ser proibida qualquer exploração dos recursos de hidrocarbonetos em todo o offshore de Portugal neste momento.

Os signatários da peticao online:
http://peticaopublica.com/pview.aspx?pi=PT81291